

Direito Penal

Professor: Claudia Barros

Contravenções Penais – Parte 2

Resumo

A Lei de Contravenções Penais foi editada em época em que se adotava a Teoria Causalista, estando por esta razão, impregnada de ideias relacionadas a esta teoria. As referidas leis precisam ser adaptadas à Teoria Finalista trazida pela Reforma de 1984 do Código Penal.

Aplicação da Lei de Contravenções Penais

A Lei de Contravenções não adota o princípio da extraterritorialidade, só se aplicando no território nacional, conforme art. 2º:

Art. 2º A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.

A Lei não diz o que abrange o conceito de território nacional, logo, se aplicam as disposições do Código Penal:

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

A Lei brasileira não se aplicará a contravenções cometidas fora do território nacional (geográfico e por ficção estabelecida no CP).

Ex.: A LCP não se aplica a brasileiro que tenha praticado jogo do bicho na Argentina.

Importante! As contravenções serão todas julgadas pela Justiça Estadual. A Justiça Federal não julga contravenções em nenhuma hipótese, tem competência apenas para o julgamento de crimes.

O art. 3º da LCP dispõe que:

Art. 3º Para a existência da contravenção, basta a ação ou omissão voluntária. Deve-se, todavia, ter em conta o dolo ou a culpa, se a lei faz depender, de um ou de outra, qualquer efeito jurídico.

Segundo o artigo, pode ocorrer a prática de contravenção mesmo sem dolo ou culpa. Esse entendimento foi pautado na lei porque se entendia que o dolo e a culpa se localizavam na esfera da Culpabilidade (o fato poderia ser típico e ilícito sem a existência de dolo). Atualmente, não é possível aplicar tal artigo porque o dolo e a culpa são elementos da conduta. Sem a configuração de um deles, não se pode falar em existência de ilícito (seja crime, seja contravenção).

O art. 4º dispõe que:

Art. 4º Não é punível a tentativa de contravenção.

A lei não afirma que a tentativa de contravenção não exista, mas sim que esta não é passível de punição. A razão de ser da disposição está na esfera da política criminal. Não faria sentido punir a tentativa de uma contravenção, porque a contravenção já é um crime de menor reprovabilidade. Menos reprovável ainda é a tentativa deste, sendo eventual punição desproporcional.

Penas

A LCP estipula as penas aplicadas em caso de contravenção em seu art. 5º. São elas: a multa e a prisão simples. Não há reclusão ou detenção.

Obs.: O Decreto do jogo do bicho (Decreto 6.259/44), em seus artigos 53 e 54 falam de duas condutas – distribuir bilhetes de extrações já feitas e falsificar bilhetes de loteria - a que se aplicam as mesmas penas do estelionato e de falsificação, respectivamente (ambos punidos com reclusão).

| Prisão Simples |
|---|
| Cumprida em estabelecimento especial |
| O preso deve ser mantido separado dos demais condenados |
| Pode ser cumprida, somente, em regime semiaberto ou aberto. |
| Trabalho facultativo, se a pena não excede 15 dias. |

A aplicação de prisão simples é a exceção, pois as contravenções são infrações penais de menor potencial ofensivo. Geralmente, se aplicam as medidas despenalizadora da Lei 9.099/95.

Reincidência

A LCP trata da reincidência no art. 7º:

Art. 7º Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.

| Configura Reincidência | Não configura Reincidência |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Condenação transitada em julgado por crime + Contravenção• Condenação transitada em julgado por crime + Crime• Condenação transitada em julgado por contravenção cometida no Brasil + Contravenção cometida no Brasil | <ul style="list-style-type: none">• Condenação transitada em julgado por contravenção no estrangeiro + Contravenção no Brasil• Condenação transitada em julgado por contravenção + Crime |

A condenação transitada em julgado no estrangeiro não interessa ao sistema penal brasileiro por força do princípio da territorialidade (art. 2º da LCP).

À reincidência, em se tratando de crimes, aplica-se o art. 63 do Código Penal.